

Operação Compliance Zero

Dark Horse na lupa do STF

Corte autorizou investigação sobre repasses de Daniel Vercaro ao filme sobre ex-presidente Bolsonaro

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA
» DANANDRA ROCHA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça autorizou ontem a abertura de inquérito para apurar os repasses milionários feitos pelo dono do Banco Master, Daniel Vercaro, ao filme *Dark Horse*, que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O caso é investigado no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura as fraudes perpetradas pelo banqueiro. A decisão do magistrado ocorreu após parecer favorável à abertura das diligências por parte da Procuradoria-Geral da República (PGR). Na mira das investigações está o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que pediu dinheiro para Vercaro. A solicitação foi registrada em um áudio encontrado no celular do banqueiro, que foi apreendido pela Polícia Federal (PF).

O inquérito foi um pedido da PF, que tomou conhecimento da conversa entre Flávio e Vercaro após reportagem do site *Intercept Brasil*. Com a autorização do magistrado, os investigadores agora podem colher provas, intimar testemunhas, quebrar sigilos e solicitar ações de busca e apreensão, se entenderem necessário. Um pedido para que o caso seja investigado foi feito pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), mas a solicitação do congressista foi arquivada.

A suspeita é de que o dinheiro tenha sido usado para manter atividades do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, que teve o seu mandato cassado. Eduardo está nos Estados Unidos e foi até o país pressionar autoridades para sancionar ministros do Supremo e aplicar tarifas ao Brasil.

Ele é apontado o principal articulador das tarifas comerciais que foram impostas ao país, que chegaram a 50% na primeira leva anunciada pelo presidente Donald Trump, no ano passado. O contato com autoridades americanas também serviu para incentivar aplicações da Lei Magnitsky contra autoridades brasileiras, como

Gustavo Moreno/STF



Mendonça, relator da Compliance Zero, seguiu parecer da PGR e autorizou que a PF inicie investigação sobre origem e destino dos repasses

ministros do STF e membros do governo federal.

O primeiro relatório da Compliance Zero, que vai tratar da venda de títulos podres do Master ao BRB, deve ser enviado ao Supremo em agosto pela Polícia Federal. As diligências apontam que o senador pediu R\$ 124 milhões a Vercaro, e que pelo menos R\$ 61 milhões foram, de fato, enviados. Flávio afirmou que prestaria contas do valor usado na produção, mas não detalhou o fato publicamente, até o momento.

Reações

O secretário de Comunicação do PT, Éden Valadares, destacou que, até agora, o senador e outros

acusados não apresentaram prestação de contas dos valores usados no filme. “Sobre o mais novo episódio do escândalo ‘Bolso-Master’, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça buscam desvendar origem e destino dos milhões de reais que Flávio Bolsonaro recebeu de Daniel Vercaro, do Banco Master, mas nunca apresentou contrato, nem prestação de contas, tampouco conseguiu explicar onde realmente foi aplicado esse recurso. Toda essa história é rodeada de sombras e suspeitas de que as mentiras contadas por Flávio impõem ainda mais a necessidade de uma investigação completa”, disse.

Ao **Correio**, o senador Rogério

Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio, disse ter recebido com tranquilidade a decisão de Mendonça. Marinho afirma acreditar que a apuração esclarecerá os fatos e afastará as suspeitas levantadas sobre o financiamento da obra. “Ficará claro que não há ilícitos”, resumiu à reportagem.

O inquérito sobre a produção do longa será incluído no rol das investigações da Compliance Zero, que também apura o envio de recursos do Banco Master ao exterior, em uma tentativa de enganar as autoridades e garantir que o dinheiro desviado ou fruto de lavagem não seja encontrado na investigação.

Os investigadores querem saber se os recursos pagos foram realmente aplicados para a produção, ou se financiaram a estadia de Eduardo Bolsonaro nos EUA. O montante foi enviado para o fundo Havengate, administrado por Paulo Calixto, advogado do ex-deputado. Além disso, devem apurar se Vercaro recebeu algum tipo de favor político em troca do financiamento milionário para os Bolsonaro.

Daniel Vercaro está preso em Brasília e chegou a negociar um acordo de delação premiada. No entanto, as tratativas foram suspensas e estão travadas em razão da ausência de informações relevantes e provas que auxiliem no avanço das diligências.

SOBERANIA

Supremo avalia omissão por terras raras

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques abriu prazo de 10 dias para manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) na ação do PSol que acusa o Congresso e a União de omissão em regulamentar a exploração de recursos minerais críticos e estratégicos, especialmente das terras raras.

Depois, a Procuradoria-Geral da República (PGR) terá cinco dias para apresentar seu parecer sobre o tema. O despacho foi publicado ontem.

Nunes Marques também adotou o rito abreviado de tramitação e enviou o caso para julgamento de mérito diretamente no plenário, sem análise prévia do pedido de liminar. “Tendo em vista a relevância e a repercussão social da matéria, cumpre providenciar a manifestação das autoridades envolvidas, com vistas ao julgamento definitivo”, afirmou.

Para o Psol, Congresso e União estão omissos na criação de regras para preservar a soberania brasileira na exploração dos minérios, e para garantir que a atividade comercial gere valor em território nacional.

A ideia é evitar que empresas estrangeiras explorem as terras raras no Brasil e apenas exportem material bruto para outros países, sem desenvolver a indústria nacional. O PSol defende ainda que o STF suspenda quaisquer autorizações para operações potencialmente lesivas à soberania.

Amazônia

O tema movimenta instituições brasileiras pelo impacto econômico esperado e porque os minerais críticos são um dos principais ativos geopolíticos atualmente.

Mesmo assim, a mineração de terras raras ainda ocupa menos espaço na *Amazônia Legal*, segundo o relatório *Amazônia Legal: Minerais Críticos e Estratégicos — Diagnóstico Setorial*, da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A região concentra 38,7 mil processos minerários relacionados a minerais críticos e estratégicos, cerca de 48,2% do total do Brasil. No entanto, o levantamento indica que a dinâmica regional segue fortemente ancorada em minerais considerados tradicionais, como o ouro.

O metal lidera com 25,9 mil processos, equivalente a 67% do total, seguido pelo estanho, com 3,8 mil processos (10%) e pelo cobre, com 2,8 mil pedidos (7,3%). Já as terras raras aparecem diluídas em um grupo de substâncias genéricas, que, juntas, ocupam menos de 1% da distribuição de processos.

A pesquisa da ANM também mostra que a maior parte das iniciativas está em estágio inicial. Somadas, as fases de Requerimento de Lavra Garimpeira (35,4%), Autorização de Pesquisa (27,9%) e Requerimento de Pesquisa (16,3%) representam quase 80% dos processos na Amazônia Legal, sugerindo que a região ainda se encontra em momentos de prospecção e estruturação de projetos, em especial para minerais de maior complexidade tecnológica.

Em 2024, os gastos declarados em pesquisa mineral na Amazônia Legal para minerais estratégicos foram liderados pelo ouro (65,8%) e pelo cobre (19,1%). No mesmo ano, as terras raras receberam cerca de R\$ 1,2 milhão, uma parcela pequena do total investido na região.

A ANM afirma que a região é central para o debate da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, justamente por reunir potencial e baixa exploração. **(Com informações da Agência Estado)**

ALFÂNDEGA

Receita acelera caso das joias sauditas

» ALÍCIA BERNARDES

A Receita Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para ter acesso aos laudos periciais e demais documentos técnicos produzidos pela Polícia Federal (PF) na investigação sobre o conjunto de joias sauditas recebido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante o mandato.

O requerimento foi encaminhado nesta quarta-feira ao ministro Alexandre de Moraes, e tem como objetivo subsidiar um procedimento administrativo fiscal que tramita paralelamente à apuração criminal do caso. Ontem, em resposta ao pedido, Moraes deu prazo de cinco dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste.

No documento enviado ao Supremo, a Receita sustenta que as informações reunidas pela perícia são indispensáveis para verificar se houve descumprimento da legislação aduaneira. O órgão argumenta que precisa conhecer as características dos bens, sua avaliação técnica e os elementos produzidos pela investigação para decidir sobre a adoção de eventuais medidas administrativas.

Segundo a manifestação, o compartilhamento dos documentos atende ao interesse público e é necessário para assegurar a correta instrução do processo.

A solicitação também leva em consideração o prazo previsto na legislação para aplicação de sanções administrativas. A Receita afirma que o direito de instaurar penalidades relacionadas ao caso poderá prescrever em outubro deste ano, razão pela qual considera urgente o acesso ao material produzido pela Polícia Federal.

Miguel Schincariol/AFP



Presentes incluem itens femininos de luxo, cravejados de diamantes, relógios, canetas e uma estátua

Sem essas informações, o órgão avalia que pode ficar impossibilitado de concluir a análise dentro do período legal.

Os itens têm valor estimado em R\$ 6,8 milhões pela PF, e incluem relógios de luxo, canetas, anéis, brincos, colar cravejado de diamantes, e uma estátua de cavalo árabe.

O caso das joias sauditas é

alvo de investigação desde a descoberta da entrada no país de presentes enviados pelo governo da Arábia Saudita ao então presidente da República e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Em 2024, a Polícia Federal concluiu o inquérito com o indiciamento de Bolsonaro pelos crimes de associação criminosa,

lavagem de dinheiro e apropriação de bens públicos.

Conforme o relatório da corporação, parte dos objetos teria sido negociada nos Estados Unidos com a finalidade de gerar vantagem financeira ao ex-chefe do Executivo, em uma operação estimada em cerca de R\$ 6,8 milhões.

Apesar da conclusão da

investigação policial, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu, em março deste ano, o arquivamento da apuração na esfera penal. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, entendeu que a legislação brasileira não estabelece regras suficientemente claras sobre a incorporação e a destinação de presentes recebidos por presidentes da República em compromissos oficiais, o que impediria a responsabilização criminal diante da insegurança jurídica existente.

A manifestação, no entanto, ressaltou que a análise criminal não impede a adoção de providências nas esferas administrativa e civil.

Discussão

Enquanto a discussão jurídica prossegue, o destino das joias também foi objeto de decisões recentes. Em março, o Tribunal de Contas da União (TCU) firmou entendimento de que presentes de uso pessoal recebidos por presidentes e vice-presidentes podem permanecer com os ex-mandatários após o término do mandato.

Já neste mês, Alexandre de Moraes determinou que o conjunto de joias fosse retirado da agência da Caixa Econômica Federal onde estava depositado e transferido para a Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo. A medida atendeu a um pedido da própria Receita Federal, com parecer favorável da PGR, como forma de preservar os bens enquanto se guem as análises administrativas sobre o caso.